

A FÁBULA DO ENVELHECIMENTO HOMOGÊNEO: UMA HISTÓRIA ÚNICA SOBRE A LONGEVIDADE

Bianca Sartori Chagas¹

Começo este ensaio questionando as generalizações da ciência e dos processos de vida. Entendo que essa prática vem de tradições positivistas, com a justificativa de buscar explicações reproduzíveis e mensuráveis. Entretanto, essa perspectiva se esvazia à medida que vejo como generalizar, por vezes, simplifica debates complexos, invisibiliza lacunas importantes, não dando atenção para detalhes imprescindíveis. É um fato que vivemos em um mundo desigual, fruto da colonização, da exploração, da violência. Ignorar isso legitima o lugar de privilégio dos opressores.

Chimamanda Ngozi Adichie nos alerta para o “perigo de uma história única”, o texto adaptado da palestra proferida pela autora em 2009 no *TED talk*, denuncia a propagação de estereótipos incompletos que ditam narrativas de poder sobre os povos (Adichie, 2019). Isso significa abordar a história de um grupo social a partir de uma única perspectiva e buscar torná-la uma verdade incontestável. Ela diz: “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (Adichie, 2019, p. 12). Afetada pelas ideias de Chimamanda, proponho neste ensaio um olhar crítico para o envelhecimento e a longevidade, afinal sobre qual processo de envelhecimento estamos falando? E ainda, diante do cenário do aumento da expectativa de vida da população mundial, quais povos estão

¹ Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestranda em Psicologia Social e Cultura na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) e estagiária de pós-graduação na Universidade aberta para pessoas idosas (Neti-UNAPI UFSC). E-mail para contato: biachagas.psico@gmail.com.

de fato vivendo por mais anos? Sem generalizar, quais são os grupos sociais que desfrutam de uma velhice digna?

Este ensaio é fruto de uma disciplina sobre Estudos de Gênero e Psicologia. Para produzir tais questionamentos me amparo em perspectivas feministas, antirracistas e anticapacitistas estudadas e discutidas no curso.

Na minha formação enquanto psicóloga me deparei com diferentes populações, seja nas aulas, nos estágios, projetos de pesquisa ou extensão. Por algum motivo, fui me envolvendo em atividades com pessoas idosas. A partir desse momento, fui observando e questionando o que via sobre os processos de envelhecimento e por vezes sentindo algum desconforto ao me dar conta da realidade deste fato, do envelhecer, da velhice. Porém, sentia medo do envelhecimento em si ou de envelhecer em uma sociedade etarista, patriarcal, misógina, capitalista e capacitista? É necessário um olhar atento para não generalizar. E por isso, envelhecer apesar de ser comum a todos os seres humanos, é um processo marcadamente desigual e heterogêneo.

Envelhecimento, também conceitualizado como senescência, é um processo universal aos indivíduos, marcado por mudanças morfológicas e fisiológicas (Neri, 2013). É também entendido como um processo de perdas e ganhos no qual indivíduo e cultura interagem por meio de influências genético-biológicas e socioculturais (Neri, 2008). Por muitos anos o envelhecimento foi taxado como um momento de vida no qual os sujeitos vivenciavam apenas declínios cognitivos e enfrentavam o adoecimento, aproximando o envelhecimento de uma patologia, algo a ser consertado, modificado. Entretanto, no cenário da gerontologia social atual, há um movimento para compreender esse processo de vida a partir do contexto histórico, social e econômico em que ele ocorre. A antropóloga Guita Debert reflete sobre as concepções antropológicas do

envelhecimento que o apontam como uma construção cultural (Debert, 1998). Nos atentemos nisso.

Vivemos hoje a década do envelhecimento saudável (2021-2030), declarada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que tem por objetivo transformar os estigmas relacionados ao envelhecimento e proporcionar cuidados primários e especializados a quem envelhece (OPAS, 2021). Entretanto, se formos falar sobre envelhecer com bem-estar e com dignidade, é preciso discutir as diferentes realidades sociais envolvidas nesse processo.

Diante desse contexto, me coloco como uma pesquisadora feminista que constantemente questiona a forma mais ética e honesta de adentrar neste campo. Fazer este tipo de pesquisa envolve energia física e psíquica, mexe com os afetos, mostra as minhas próprias falhas. Donna Haraway, discute sobre as fábulas da objetividade que nos são contadas, mas que nada tem a ver com a realidade, pouco úteis para a prática (Haraway, 1995). Assim me vejo no processo de pesquisa, desconstruindo algumas certezas e me abrindo para possibilidades muito mais honestas e cheias de sentido. Os saberes localizados das epistemologias feministas dizem sobre uma visão crítica do mundo, nesse sentido é importante refletir sobre as práticas (inclusive as próprias) que reforçam posições de opressão e desigualdade (Haraway, 1995).

A visão totalizante das ciências positivas passa por cima de qualquer possibilidade de entendimento crítico da realidade, nega a compreensão dos significados, de como os corpos existem no mundo de fato, são então uma ilusão. Os saberes localizados, na contramão dessa lógica, abrem espaço para corporiedades que tenham a possibilidade de futuro, portanto, a objetividade feminista busca localização limitada e conhecimento localizado, tem um compromisso crítico com a realidade (Haraway, 1995).

Todavia, é preciso pontuar que construir um olhar cuidadoso, ético e atento custa tempo, dinheiro, energia. E ainda dizer que há limitações dentro da academia, espaço tradicional de formação de pensamento. O que é que podemos produzir? Como podemos produzir? Falar da academia é também falar do contexto social e político em que vivemos. Afinal a produção intelectual sempre foi um espaço dominado pelo patriarcado. Historicamente, as mulheres foram desautorizadas a se dedicar à ciência, apesar disso, sabemos que suas contribuições estão presentes, inclusive em muitos trabalhos titulados por homens. Além disso, seus saberes, opiniões e críticas impulsionaram diversas teorias, tecnologias e movimentos políticos/sociais. O ponto é que a presença massiva e autorizada dos homens na academia influenciou os temas, objetivos e metodologias de pesquisa produzidas. A colonização do saber fez com que as mulheres, ao se inserirem no âmbito científico, estivessem concentradas nas áreas das ciências humanas e sociais, perpetuando a lógica de cuidado que são subjetivadas ao longo da vida (Lima, 2021). A falta de interesse em certas temáticas e principalmente em uma perspectiva crítica e interseccional diz da parcela (e herança) daqueles que vinham ocupando os espaços acadêmicos. Voltaremos nisso.

No que tange a temática do envelhecimento, a quem serve estudá-la como uma patologia e entendê-la a partir de uma história única, homogênea? Por outro lado, quem se beneficia da leitura histórica e contextual do processo de envelhecimento e da longevidade? Naturalizar a exclusão e o isolamento social na velhice, como algo “esperado” deste processo é negar todas as sistemáticas violações de direitos com quem envelhece. A exclusão é um fenômeno multidimensional marcado por diversas trajetórias de desvinculação, como fragilização de vínculos sociais com a família, comunidade ou instituições e a precariedade nas relações formais de trabalho (Wanderley, 2001). Essas rupturas de vínculos

propiciam o isolamento social e a solidão. Não é necessariamente sobre os sujeitos serem “vulneráveis” e sim sobre viverem em um contexto que os violenta e os afasta da garantia de cidadania. Para envelhecer com autonomia, independência e participação social, comunitária e política é necessária a garantia de direitos, é preciso um olhar crítico para a narrativa do envelhecimento. Eis a justificativa de meu interesse na temática, já que parto de um receio e, infelizmente, da leitura de uma realidade precarizada relativa à gestão do envelhecimento, à insuficiência do cuidado majoritariamente desempenhado por mulheres, às falhas no sistema de previdência social, às privatizações da saúde e do lazer na velhice e à desresponsabilização do estado diante do processo de envelhecimento populacional.

Nesse sentido, é essencial adentrar os estudos do feminismo negro. Em outubro de 1980, a filósofa, antropóloga, professora e militante do movimento negro e feminista, Lélia Gonzales, apresentou o texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, no qual discute relações de gênero e de raça. Para a autora, o racismo se estrutura no Brasil a partir da disseminação do mito da democracia racial e da cultura do branqueamento. Lélia, constrói conceitos que explicam o racismo estrutural no país. Ela explica que a lógica tenta domesticar o discurso, entretanto, é nas “mancadas” deste mesmo discurso lógico que algo escapa à domesticação, ou seja, ainda que se tente incansavelmente esconder, ocultar e/ou polir, o racismo se mostra, aparece nas entrelinhas (Gonzalez, 2020b). Em outras palavras, por meio do mito da democracia racial, tenta-se reproduzir uma narrativa de que em um país tão diverso como o Brasil não há como ter preconceitos, se por um lado há uma tentativa de esconder tal violência, por outro se escancara o racismo em suas mais diversas formas.

Como falar sobre racismo em um país que o nega? Como pesquisar sobre as condições de vida da população negra em um sistema que

não só tapa os olhos para o racismo, mas invalida o discurso de quem tenta o sinalizar? A partir da teoria de Lélia, fica perceptível que essa constante negação silencia as consequências do racismo na experiência de vida da população negra. As chacinas que ocorrem nas favelas, as violências médicas praticadas contra mulheres negras, a desvalorização do conhecimento das feministas negras e tantos outros exemplos mostram que a violência contra corpos negros está sistematicamente presente.

Especificamente sobre o local destinado às mulheres negras, ora no Carnaval são autorizadas pelo discurso dominante, sendo endeusadas, ou melhor, objetificadas, em um momento de subversão. Outrora, são representadas na figura de empregadas domésticas, que cuidam dos filhos dos senhores, que ocupam o elevador de serviço e que são as esposas não-legítimas. O racismo é sintoma da neurose cultural brasileira, nas palavras de Lélia, já que o neurótico é aquele que oculta conflitos internos por meio de sintomas, visando o alívio da angústia (Gonzalez, 2020b). O que é isso senão o mito da democracia racial que vela a história da escravidão no Brasil, a dizimação dos povos originários, a violência contra meninas e mulheres negras e a perseguição violenta do estado a meninos e homens negros?

Pense qual a perspectiva de envelhecimento nesse contexto de violência e perseguição, é possível? Os índices de longevidade da população negra e indígena não seguem os mesmos índices da população branca (Belandi; Gomes, 2024). Há uma desesperança de vida que aponta para taxas de morbidade e mortalidade de 3 a 4 vezes mais altas para populações indígenas comparada com a população branca (Rocha *et al.*, 2010). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do censo de 2022, mostram que a idade média da população

indígena no Brasil é 10 anos a menos que da população geral residente no país (FUNAI, 2024).

Somado a isso, é importante situarmos também as experiências direcionadas às populações LGBTQIA + quando se trata de envelhecimento e longevidade com dignidade, ou a precariedade dela. O Brasil registrou, em 2024, 122 assassinatos de pessoas trans e travestis, sendo que 78% dessas vítimas são travestis e mulheres trans, negras e jovens com baixa escolaridade, sendo 66% delas com menos de 35 anos, segundo o “Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024” (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025). Suas trajetórias de vida são impactadas de diferentes formas pela violência, discriminação, isolamento, desvinculação familiar. Ainda, o estigma social e o etarismo reforça o silenciamento desta população frente à expressão de suas orientações sexuais e identidades de gênero na velhice (Rebellato; Azevedo; Miguel; Silva, 2021).

Também é essencial ressaltar que o capacitismo cruza com as outras vias de opressão diante do processo de envelhecimento e da longevidade, por meio da discriminação, invalidação e exclusão das pessoas idosas com deficiência. O censo do IBGE de 2022 mostrou que 45,4% das pessoas com deficiência no Brasil possuem 60 anos ou mais, o que evidencia que a prevalência de deficiência aumenta de acordo com a idade (Bello, 2025).

Explicito tudo isso para introduzir o conceito de interseccionalidades, cunhado por feministas negras a fim de compreender e complexificar o debate entre gênero e raça (e outras intersecções), analisando as diferentes vias de opressão presentes nas suas experiências de vida. Para tanto, revisito o livro *Interseccionalidades*, escrito por Carla Akotirene que compõe a coleção *Feminismos Plurais* organizada por Djamila Ribeiro objetivando disseminar discussões sobre feminismo e antirracismo.

Carla Akotirene é formada em serviço social e doutora em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Mulheres e Feminismo. O título do primeiro capítulo da obra “Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade” apresenta o Oceano Atlântico como um local de opressões cruzadas, um território marítimo que expõe a história da migração forçada dos povos africanos (Akotirene, 2019). Ao mesmo tempo que é um território de violências, é também um local de saberes ancestrais que foram amordaçados, proibidos e negados.

Lélia Gonzalez nos trouxe o conceito do *pretuguês*, que é a marca da africanização do português falado aqui no Brasil (Gonzalez, 2020a). A categoria político-cultural da *amefricanidade*, também desenvolvida pela autora, enfatiza as marcas da presença negra no continente americano, *América*, portanto, seria a presença dos antepassados neste continente (Gonzalez, 2020a). Já ciente do chão que pisava, afirma que negar esses fatos é mais um aspecto do “racismo à brasileira”, sintoma da neurose cultural brasileira arqueada na ideologia do branqueamento eurocêntrico (Gonzalez, 2020a).

Quando Akotirene fala sobre o Atlântico que carrega memórias interseccionais é justamente contar a história da América sem esconder a influência ameríndia e amefricana. É pela interseccionalidade que se torna possível instrumentalizar a discussão, como demonstrado acima, sobre a inseparabilidade do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019). O termo interseccionalidade foi inicialmente cunhado pela feminista Kimberlé Crenshaw e evidencia as vias identitárias que se atravessam na vivência de mulheres negras, afetadas de forma conjunta por diferentes estruturas. Crenshaw discute duas problemáticas: (i) a superinclusão: a estrutura de gênero absorve problemas interseccionais sem olhar para outras estruturas como o racismo; e (ii) subinclusão:

quando um grupo de mulheres enfrenta uma questão, mas o coletivo não considera como algo relativo ao gênero (Crenshaw, 2002).

No que tange os processos de envelhecimento, as autoras trazem contribuições significativas para pensar a heterogeneidade e desigualdades existentes nas velhices. Akotirene fala que a velhice é como a raça é vivida sendo que classe/raça cruzam gerações, ou seja, as estruturas inseparáveis da interseccionalidade marcam a experiência de vida e de envelhecimento das mulheres, mulheres brancas podem virar patroas, mulheres negras são vistas como burros de carga das patroas e dos homens (Akotirene, 2019).

Portanto, quando Akotirene escreve que o feminismo negro se constrói a partir do ferro e águas atlânticas fala sobre a história de migração forçada e escravidão, quando diz que a interseccionalidade chega ao feminismo negro como ferramenta ancestral, diz de uma alternativa que instrumentaliza o debate explicando teórica e metodologicamente a situação das mulheres negras. A autora enfatiza que para quem deposita confiança no caráter analítico da interseccionalidade é imprescindível o letramento e apropriação do conceito, que não é sobre a soma de identidades, mas as condições estruturais que atravessam os corpos (Akotirene, 2019).

A negação do racismo no Brasil, impulsiona situações violentas que podem ser analisadas a partir da interseccionalidade. O cisheteropatriarcado e o racismo atravessam juntos as construções de subjetividade (Akotirene, 2019). Meninos e homens negros são subjetivados como perigosos e violentos, sendo na verdade criados em uma sociedade que reproduz violências sistemáticas aos seus corpos, como a violência policial e estatal. Mulheres negras são subalternizadas, infantilizadas e objetificadas, convivem com o medo da morte de seus filhos, parceiros, amigos e

irmãos. Por isso, retomo a questão: qual a perspectiva de envelhecimento e longevidade neste contexto?

Sendo assim, ao fazer uma análise crítica dessa realidade de forma interseccional, como pesquisadoras, é importante questionar como temos usado essa ferramenta. Também, na prática cotidiana é possível pensar em diversos exemplos institucionais que me fazem questionar com qual interseccionalidade estamos comprometidas? Por exemplo, as políticas de saúde e assistência são de fácil acesso às mulheres que trabalham e cuidam de filhos e netos? As instituições e políticas funcionam alinhadas com as realidades das populações que as acessam?

É interessante, e contraditório, analisar a atuação prática das instituições e do estado, não é inocência ou coincidência, é projeto. Sobre as práticas organizacionais, Patrícia Hill Collins fala sobre os quatro domínios de poder: estrutural, cultural, disciplinar e interpessoal. O domínio estrutural são as estruturas fundamentais das instituições sociais como moradia, saúde, educação e trabalho; o domínio cultural está relacionado a influência das ideias e da cultura nas relações de poder, é responsável por normalizar as desigualdades sociais por meio de narrativas de poder; o domínio disciplinar refere-se a regras/regulamentos disseminados a partir da raça, classe, gênero, idade...; e o domínio interpessoal diz do modo como indivíduos vivenciam e são subjetivados nas relações de poder (Collins; Bilge, 2020b).

A gerontologia social discute a influência das oportunidades acessadas ao longo do curso de vida para um envelhecimento saudável, a política de envelhecimento ativo, proposta pela Organização Mundial da Saúde, conceitualiza o envelhecimento ativo como a otimização de oportunidades relativas à saúde, proteção, aprendizagem e participação social (World Health Organization, 2005). Entretanto, ao invés de vermos oportunidades construídas a partir das realidades dos grupos sociais,

nos deparamos com políticas de privatização do envelhecimento que não garantem saúde, moradia, cuidado, lazer e aposentadoria a todos.

Nesse discurso, o envelhecimento se torna um processo de responsabilidade individual atravessado violentamente pelo capitalismo. Culturalmente as narrativas de poder propagam discursos misóginos, racistas, capacitistas e etaristas que impulsionam o isolamento e exclusão social de pessoas idosas, assim como as regras/regulamentos baseados na idade, gênero e raça.

Dado isso, utilizar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica se afasta da visão de uma massa homogênea e complexifica o debate, compreendendo os diferentes locais que os indivíduos se posicionam (Collins; Bilge, 2020b). Assim, é evidente que os indivíduos não partem do mesmo local e que as desigualdades beneficiam certos grupos. Collins e Bilge apontam que a práxis crítica da interseccionalidade pode ocorrer em qualquer local, não necessariamente nas pesquisas da academia, afinal tratando deste conceito, a teoria e a prática devem estar interconectadas (Collins; Bilge, 2020a).

Retomando a discussão sobre a presença das mulheres na ciência e na academia há de se questionar quais corpos têm ocupado esses locais de debate, de pesquisa e de política e quais histórias sobre o envelhecimento e a longevidade estamos contando. Mesmo que haja transformações significativas, o cisheteropatriarcado, o racismo, o capitalismo e o colonialismo estão vigentes nas estruturas sociais, como já exemplificado. Sojourner Truth proferiu o discurso *E eu não sou uma mulher*, em 1951, na convenção de direitos das mulheres em Ohio (EUA) questionando o que era ser mulher (Geledés, 2014). Se ela não tinha os mesmos direitos e não recebia o mesmo tratamento das mulheres brancas, então não era uma mulher? Sua fala ecoa questionando esta categoria e as

tentativas constantes do discurso lógico dominante de caracterizar o outro.

Os espaços já estavam sendo ocupados, os grupos reivindicavam seus direitos, lutavam por condições dignas, mas ainda são frequentemente barrados e silenciados. Propor outros olhares na academia, na política, nos serviços, nas comunidades abre espaço para aquilo que escapa à lógica. Os saberes localizados, como proposta da epistemologia feminista, não generalizam, apontam justamente a lacuna da desigualdade, da injustiça, da violência, da interseccionalidade e das potencialidades. Os processos de envelhecimento, no plural, só são possíveis quando este debate é de fato complexificado, quando as realidades são ao menos compreendidas como heterogêneas e as histórias não são narradas a partir de uma única perspectiva colonizadora.

Para concluir, aqui vai uma última reflexão sobre como as perspectivas críticas têm ecoado em mim. Como pesquisadora, ainda descobrindo este campo, me sinto tocada pelo texto *Viver uma vida feminista*, de Sarah Ahmed. A autora questiona a visão daqueles que se isentam das suas implicações sociais e éticas, aqueles que não prestam atenção nas exclusões, para então sentirem algum tipo de alívio (Ahmed, 2022), alívio esse apresentado anteriormente a partir da neurose cultural brasileira proposta por Lélia Gonzalez ao discutir a problemática do racismo estrutural. O ponto é que nessa lógica interseccional ocupamos diferentes papéis e espaços, isso significa circular por diversas formas de vida que vão nos convocar a refletir sobre as condições de existência. Se afastar não faz com que a problemática suma, só a torna violenta e solitária, como Lélia aponta.

Estar engajada com a luta feminista na vida e na academia pode ser exaustivo e difícil em alguns momentos, mas isso nos garante recursos, nos dá repertório (Ahmed, 2022). Engajar-se politicamente e eticamente

nada tem a ver com certezas dogmáticas e ausência de angústias. Nós vamos nos afetar, e por isso a importância de nos acolhermos. O feminismo é um caminho coletivo para uma vida mais justa, equitativa e humana. Individualizar a luta é um projeto neoliberal, porque aí sim tudo fica cansativo e insustentável. Sobreviver é então um projeto compartilhado entre as feministas e estabelecer estratégias de cuidado mútuo é o que permite a continuidade da luta e o fortalecimento da existência (Ahmed, 2022). Talvez nessa perspectiva a longevidade seja de fato possível, eis o meu projeto feminista.

Referências

Adichie, C. N. (2019). O perigo de uma história única. Companhia das Letras.

Ahmed, S. (2022). Kit de sobrevivência estraga-prazeres. Em S. Ahmed, *Viver uma vida feminista* (p. 371-396). Ubu.

Akotirene, C. (2019). Cruzando o atlântico em memória da interseccionalidade. Em C. Akotirene, *Interseccionalidades* (p. 13-33). Pólen.

Belandi, C., & Gomes, I. (2024, janeiro 26). Censo 2022: Pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda | Agência de Notícias [Notícia]. Agência IBGE notícias. <https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>.

Bello, L. (2025, maio 23). Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência | Agência de Notícias. Agência de Notícias - IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2020a). A INTERSECCIONALIDADE COMO INVESTIGAÇÃO E PRÁTICAS CRÍTICAS. Em P. H. Collins & S. Bilge, *Interseccionalidade* (1o ed.). Boitempo Editorial.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2020b). O QUE É INTERSECCIONALIDADE? Em P. H. Collins & S. Bilge, *Interseccionalidade* (1ª ed.). Boitempo Editorial.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, 10(1), 171-188.

FUNAI. (2024, maio 3). 56,10% dos indígenas do país têm menos de 30 anos de idade, diz IBGE. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/56-10-dos-indigenas-do-pais-tem-menos-de-30-anos-de-idade-diz-ibge>.

Geledés, I. da M. N. (2014, janeiro 8). E não sou uma mulher? - Sojourner Truth. Geledés. <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>.

Gonzalez, L. (2020a). A categoria político-cultural da amefricanidade. Em L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (1ª ed.). Zahar.

Gonzalez, L. (2020b). Racismo e sexismo na cultura brasileira. Em L. Gonzalez, *Por um feminismo afro latino americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (1ª ed., p. 75-93). Zahar.

Haraway, D. (1995). Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.*, 5, 7-41. <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>.

Lima, A. M. (2021). Epistemologias feministas, psicologia social e pós-colonialismo: aproximações e desafios, 36, 251–263.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2025). Direitos Humanos anuncia agenda de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/direitos-humanos-anuncia-agenda-de-enfrentamento-a-violencia-contras-pessoas-lgbtqia>.

Neri, A. L. (2008). Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e em sociologia. Em A. L. Neri (Org.), *Desenvolvimento e envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (4ª ed.). Papirus.

Neri, A. L. (2013). Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. Em L. F. Malloy-Diniz, D. Fuentes, & R. M. Cosenza (Org.), *Neuropsicologia do envelhecimento uma abordagem multidimensional* (p. 17-42). Artmed.
OPAS. (2021). Envelhecimento Saudável. <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>.

Rocha, A. C. S. da, Huttner, E., Bós, Â. J. G., & Machado, D. C. (2010). Envelhecimento indígena brasileiro. Em *Envelhecimento e suas múltiplas áreas de conhecimento*. EDIPUCRS.

Wanderley, M. B. (2001). Refletindo sobre a noção de exclusão. Em B. Sa-waia (Org.), *as artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2o ed., p. 16–26). Vozes.

World Health Organization. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde* (S. Gontijo, Trad.). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf.